

**RURALIDADES, DESENVOLVIMENTO, E POLÍTICAS DE CULTURA NO BRASIL:  
DESAFIOS À PARIDADE ENTRE REGIÕES RURAIS E URBANAS<sup>\*1</sup>****RURALIDADES, DESARROLLO Y POLÍTICAS CULTURALES EN BRASIL:  
RETOS PARA LA PARIDAD ENTRE ZONAS URBANAS Y RURALES****Maria Dione Carvalho de Moraes<sup>2</sup>**

mdione@superig.com.br

Universidade Federal do Piauí

Teresina, Brasil

**RESUMO**

Nos discursos atuais de desenvolvimento, cultura aparece como um dos eixos de ação. Nesta perspectiva, qual o lugar das políticas de cultura na agenda pública brasileira, em especial, na política de desenvolvimento territorial rural? Novas relações campo-cidade, pensadas, em anos recentes, pela ótica territorial, tornam inadiável o enfrentamento da tensão política e cognitiva que marca a concepção de rural, no Brasil. Pensar relações rurais-urbanas implica compreender o pluralismo cultural presente nestes espaços, reconhecendo velhos e novos sentidos, assim como convergências e diferenças. Além do mais, a abordagem das relações campo-cidade deve escapar à confusão entre desenvolvimento territorial e homogeneização, e à cristalização de um imaginário de rural subordinado a urbano. Nesta direção, impõe-se às agendas teóricas e políticas assumir o lugar estratégico das políticas de cultura, nos programas de desenvolvimento, na busca da construção de uma paridade entre regiões urbanas e rurais.

**Palabras claves:** políticas de cultura, desenvolvimento territorial rural, relações rural-urbanas.

**ABSTRACT**

In current development discourses, culture appears as one of the axes of action. From this perspective, what is the place of culture politics in Brazilian public agenda, particularly in the rural territorial development policy? A new field-city relation, thought, in recent years, from the territorial perspective, makes it impossible to postpone facing the cognitive and political tension that marks the conception of rural Brazil. Thinking about rural-urban relations implies understanding the present cultural pluralism in these spaces, recognizing old and new senses, as well as similarities and differences. Besides, the field-city relations approach must escape the confusion between territorial development and homogenization, and the crystallization of an urban-subordinated rural imaginary. This way, it is forced upon the theoretical and political agendas to take the strategic place of culture politics, in development programmers in pursuit of building parity between urban and rural regions.

**Key words:** cultural policies, rural territorial development, rural-urban relations.

---

\* Artículo recibido el 21 de noviembre de 2014; aceptado el 18 de diciembre de 2014.

<sup>1</sup> Artigo decorrente de pesquisa em estágio pós-doutoral (a própria autora, 2013). Versão reelaborada do texto aprovado para apresentação no II Encontro de Pesquisa em Cultura, realizado em Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, de 15 a 17 de outubro de 2014.

<sup>2</sup> Pós-Doutoranda em Sociologia/PPGS-UFPE; Doutora em Ciências Sociais/IFCH/UNICAMP, Profa. no DCIES/CCHAL/UFPI.

## Introdução

No mundo contemporâneo, cultura é acionada como um dos eixos discursivos sobre desenvolvimento. Temas como interculturalidade, multiculturalismo, diversidade cultural, economia criativa, direito à cultura, cidadania cultural, dentre outros, inserem-se nos repertórios da gestão pública, dos movimentos sociais, do terceiro setor, e de empresas privadas. A mobilização da dimensão simbólica por governos, diferentes organismos, e empresas do setor privado, com agenciamentos nos planos locais e globais, produz efeitos na vida social, incidindo tanto na economia quanto nas sociabilidades, subjetividades, ontologias diversas relacionadas a pessoas, objetos, ritos, mitos, memórias, identidades. No contexto, as chamadas políticas culturais<sup>3</sup> refletem na reconfiguração da vida social. De formas variadas, incidem nas relações e processos de subjetivação individuais e coletivos, através de patrimonialização, valorização de expressões culturais; empoderamento de grupos subalternos; geração de renda; reordenamentos territoriais, reconhecimentos identitários, dentre outros processos.

Nesta mirada, cidades, classes, indústria, economia, são adjetivadas como “criativas”, expressando a difusão da crença na importância do conhecimento e da inovação como eixo do desenvolvimento social e econômico. A ênfase recai na satisfação das sociedades, grupos, e indivíduos, na economia global, e o tema da revitalização urbana é pensado, via de regra, com vistas à população jovem e escolarizada da sociedade de economia do conhecimento. Afloram distinções conceituais entre indústria cultural (componente coletivo abstrato da cultura) e as novas configurações da indústria criativa (criatividade individual) baseada em pequenos negócios de produtores autônomos (comunicações, moda, *design* gráfico e de produto, publicidade alternativa, audiovisual, etc). A cidade criativa idealizada reuniria pequenos negócios como expressão/alimento da criatividade, da diversidade, da riqueza<sup>4</sup>.

Por um lado, “o sentido antropológico da cultura se vê, assim, dissolvido no banho ácido do instrumentalismo”<sup>5</sup>; por outro, defende-se uma nova forma de conceber desenvolvimento, a partir da cultura<sup>6</sup>. Na primeira perspectiva, cultura é um “recurso”<sup>7</sup>. Na segunda, implica criação

<sup>3</sup> Supõem princípios, meios, e fins, norteadores da ação, na esfera pública, e busca de legitimidade, na arena de possibilidades estratégicas referentes à produção e circulação de bens simbólicos. Princípios, meios, e fins, definem-se processualmente, em análises de situações, e se expressam em formulações/proposições da administração pública, organizações não-governamentais, e empresas privadas. Implicam organização para gestão de meios disponíveis à execução de objetivos, em um campo de embates ideacionais e institucionais, de relações de poder. Ver: Pierre Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectivas, 1987; Michel de Certeau, *A cultura no plural*, Campinas, Papirus, 1995; Jonathan McGuigan, *Culture and the public sphere*, London and New York, Routledge, 1996; Teixeira Coelho, *Dicionário crítico de política cultural*. Cultura e imaginário, São Paulo, Iluminuras, 1997; Jurgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003; Néstor García Canclini, “Definiciones en transición”, In: Mato, Daniel (compilador), *Cultura, política y sociedade. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, 69-81.

<sup>4</sup> Isaura Botelho, “Criatividade em pauta: alguns elementos para reflexão”, in: Ministério da Cultura, *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações - 2011 – 2014*, Brasília: Ministério da Cultura, 2011, 80-85.

<sup>5</sup> Marshall Sahlins, “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por qué a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção” (parte II) *Mana* Vol. 3, n.º 2, 1997, 43.

<sup>6</sup> Celso Furtado, *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; Guy Hermet, *Cultura & desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002; Paulo Miguez, “Cultura e desenvolvimento”, *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, Vol. 2, n.º 1, 2009.

<sup>7</sup> George Yúdice, *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

de possibilidades de ampliação do espaço sociopolítico de proliferação/manifestação da diversidade das expressões culturais. Uma política da diversidade<sup>8</sup>.

Sem nos rendermos ao que Marshal Sahlins denomina “pessimismo sentimental”<sup>9</sup>, é possível perceber um mundo no qual culturas supostamente em desaparecimento tentam incorporar o sistema mundial a seus próprios sistemas-mundo<sup>10</sup>. Mas, também, não se pode render ao “otimismo sentimental”<sup>11</sup>, pois, não se pode ignorar que novas formas de desenvolvimento – com suas múltiplas adjetivações<sup>12</sup> – implicam políticas de combate à precarização e às liminaridades social, política, econômica, e cultural, de agentes criadores neófitos e múltiplos. No debate das ideologias de desenvolvimento, as forças/formações sociais expressas nos papéis históricos das culturas individuais: povos urbanos, rurais, rurbanos<sup>13</sup>, nações, línguas, religiões, etc – que se exprimem em formações sociais concretas, no campo de forças onde se encontram as “superfícies duras da vida”<sup>14</sup> – não podem ser ignoradas.

O desafio da ampliação do espaço sociopolítico de proliferação e manifestação da diversidade aponta para questões sobre a relação entre ruralidades, desenvolvimento e políticas de cultura. Como se insere, neste cenário, o debate sobre desenvolvimento rural, tomando-se rural como “[...] realidade da sociedade moderna [...] [sabendo-se que] o predomínio da cultura urbana não implica numa homogeneidade cultural”<sup>15</sup>? Rural é pensado como espaço de produção/circulação/fruição de bens culturais, no sentido da “construção social da ruralidade, que privilegia o papel da cultura na distinção socioespacial”<sup>16</sup>? Como pensar uma política da diversidade sem reconhecer as singularidades de espaços rurais e urbanos e as relações de continuidade/descontinuidade entre eles? Como cidades articulam-se ao seus entornos rurais, em um cenário – do domínio dos fluxos ideopanorâmicos<sup>17</sup> – no qual idéias como empreendedorismo cultural e economia criativa<sup>18</sup>, onfiguram elementos da dialética interna ao campo de disputas constituído pelas forças socioculturais, econômicas e políticas em transformação, pelo ideário e por políticas de desenvolvimento contemporâneas? Como relações entre rural e urbano demarcadas, no pensamento nativo por ideários de urbanização extensiva e da hierarquia cidade-campo são situadas teórica e politicamente, na agenda

<sup>8</sup> José Márcio Barros (org.), *Diversidade cultural: da proteção à promoção*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008.

<sup>9</sup> Sahlins, *op. cit.*, 41.

<sup>10</sup> Jonathan Friedman, “Ser no mundo: globalização e localização”, in: Mike Featherstone (org.), *Cultura global nacionalismo, globalização e modernidade*, Petrópolis, Vozes, 1994, 329-348; Sahlins, *op. cit.*

<sup>11</sup> Sahlins, *op. cit.*, 53.

<sup>12</sup> A própria adjetivação do termo desenvolvimento resulta de desdobramentos políticos e semânticos (a própria autora, 2014). Convém lembrar que a adjetivação territorial carrega a ideia de sustentabilidade.

<sup>13</sup> Sobre esta categoria, ver: Maria José Carneiro (org.), *Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, Mauad, 2012; e, José Eli da Veiga, *et al.*, *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*, Brasília, CNDRS/MDA/NEAD, 2001. (Texto provisório para discussão).

<sup>14</sup> Cliford Geertz, *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1989, 40.

<sup>15</sup> Maria de Nazaré Baudel Wanderley, e Arilson Favareto, “A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas”, in: Carlos Miranda y Heitel Silva, (org. da série), *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*, Brasília, IICA, 2013 (Serie Desenvolvimento Sustentável, Vol. 21), 440.

<sup>16</sup> Wanderley e Favareto, *op. cit.*, 416.

<sup>17</sup> Arjun Appadurai, “Disjunção e diferença na economia cultural global”, in: Mike Featherstone, *Cultura global nacionalismo, globalização e modernidade*, Petrópolis, Vozes, 1994, 311-328.

<sup>18</sup> Maria Dione Carvalho de Moraes, “Ruralidades contemporâneas: qual o lugar da cultura? Uma análise do texto teórico brasileiro, *Plano de trabalho para Estágio Pós-Doutoral*, Teresina, 2013, 20 p; Maria Dione Carvalho de Moraes, “Artesanato cerâmico no bairro Poti Velho em Teresina-PI (Rede sociotécnica, agenda pública, empreendedorismo e economia criativa)”, *Monografia, Especialização em Gestão da Cultura para Gestores Culturais do Nordeste*, Recife, UFRPE/Fundaj/MinC, 2013a.

pública? Esta disjunção conceitual e política é geradora de distorções nas formas de se pensarem novas relações campo-cidade, políticas de cultura-ruralidades?

São questões incontornáveis em um debate necessário à compreensão da tensão política e cognitiva que acompanha o pluralismo cultural que se expressa na vida social, em especial, no que tange às ruralidades. Sobretudo, quando novas racionalidades se impõem na instituição de territórios de desenvolvimento e de novas articulações institucionais, nos níveis local e global, como na recente conferência *Culture in EU External Relations*<sup>19</sup>, em Bruxelas, em abril de 2014.

### **Desenvolvimento territorial, ruralidades, e políticas de cultura: quais direções?**

A partir da segunda metade do Novecentos, novas reflexões sobre ruralidades e sobre a relação rural/urbano, no mundo ocidental, situam-se para além das idéias de fim do rural, de renascimento rural, de morte do campesinato, etc. O Brasil é signatário desta reflexão, embora a relação rural-urbano, dentre nós, ainda se constitua em um ponto de tensão, teórico e político<sup>20</sup>. É recente o esforço teórico-conceitual, com ressonância na gestão pública, das noções de rural e urbano nos inícios do século XXI caudatárias de definições da Era Vargas<sup>21</sup>, com consequências importantes nas estatísticas nacionais<sup>22</sup> e nas políticas públicas.

Convém lembrar que a representação de rural no pensamento social brasileiro, na passagem do século XIX para o XX, insere-se na temática da construção da nacionalidade com autores como Sylvio Romero, e Euclides da Cunha. Persiste no século XX com Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Monteiro Lobato, Caio Prado Jr., Antônio Cândido, Sergio Buarque de Holanda, Manoel Correia de Andrade. A representação da cultura rural, rústica, sertaneja, no “Texto Brasileiro”<sup>23</sup> sobre rural funda-se no ideário de um Brasil profundo, a um tempo, forte e incivilizado, em vários registros: como sertão, com Euclides da Cunha, João Capistrano de Abreu, Darcy Ribeiro; como sociedade nacional de origem rural, com Oliveira Viana; como padrão de sociabilidade, com Sergio Buarque de Holanda e João Capistrano de Abreu; como cultura política do mando, com Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro; como culturas rústicas, com Maria Isaura Pereira de Queiroz; como cultura caipira, com Antônio Cândido, e Monteiro Lobato.

Como esse Texto Brasileiro apresenta-se na atualidade, considerando-se que na *démarche* do processo de instituição do padrão urbano-industrial, rural foi tido como elemento residual? Na passagem de uma sociedade de base agrária para uma organização predominantemente urbano-industrial, após a crise de 1929 – uma série de mecanismos alteraram profundamente os sistemas territoriais, econômicos e sociais subjacentes à organização/exploração das áreas rurais, no Brasil<sup>24</sup>. Paradoxalmente, a partir da década de 1950 – no caso europeu – e a partir

<sup>19</sup> O Relatório da Comissão Europeia mapeou os principais instrumentos de política cultural do Brasil, objetivando identificar potencial de cooperação entre universidades, em projetos de política cultural, gestão cultural, preservação do patrimônio, e planejamento urbano; ver: MINC, *União Europeia quer ampliar políticas culturais com o Brasil*. Notícias em destaque. 5/5/2014. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/uniao-europeia-quer-ampliar-politicas-culturais-com-o-brasil/10913](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/uniao-europeia-quer-ampliar-politicas-culturais-com-o-brasil/10913). Acesso em 20/5/2014.

<sup>20</sup> Rural tido como sinônimo de atraso, como elemento residual; ver: Wanderley e Favareto, *op. cit.*

<sup>21</sup> Denominação dada ao período da história do Brasil – entre 1930 e 1945 – quando o país foi governado por Getúlio Vargas, e que compreende a Segunda e a Terceira República (Estado Novo).

<sup>22</sup> Veiga *et al*, *op. cit.*

<sup>23</sup> Paulo Rogers Ferreira, *Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas*, São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2008.

<sup>24</sup> Arilson, Favareto, “A longa evolução da relação rural–urbano. Para além de uma abordagem Normativa do desenvolvimento rural”, *Ruris*, Vol. 1, n.º 1, março de 2007, 157-190.

dos anos de 1980, no Brasil, evidencia-se tendência inversa entre a importância relativa da economia agrícola e a importância cultural outorgada à ruralidade e a espaços rurais<sup>25</sup>. Na literatura nativa dos anos 1980, na temática da passagem dos complexos rurais aos complexos-agroindustriais<sup>26</sup> predominava a ideia de subsunção da agricultura pela indústria. A partir dos anos 1990, emerge a noção de “novo rural”<sup>27</sup> e rural não é mais pensado apenas como setor (agrícola/agrário). Passa a ser pensado como espaço social diversificado. *Pari passu*, ocorre mudança na estratégia de planejamento governamental que passa “de uma lógica de repartição setorial de recursos e de demanda de balcão para uma lógica territorial e de projetos”<sup>28</sup>.

Isto não significa negação de rural como espaço agrícola, em cuja dimensão produtiva, predomina a agricultura, como no Brasil<sup>29</sup>. Mesmo que tal dimensão seja insuficiente para significar a complexidade de atores sociais, tempos, e espaços<sup>30</sup>, formas variadas de organização social, modos de vida, identidades, expressões culturais, lutas diversas, em especial, a luta pela terra. Além do mais, o termo rural não se reduz à denominação de uma localização – campo – tida como oposição a cidade, embora, traduza status particular dado à terra, um conjunto de normas, certa estruturação das relações espaciais, “de trabalho e de vida”<sup>31</sup>.

Na sociedade capitalista e urbana do final do século XX e início do XXI, rural é ressignificado inclusive, no Brasil, como espaço simbólico de reencontro entre naturezas humana e não-humana<sup>32</sup>, de evocação de modos de vida tradicionais, de amenidades. Tendência que vai na contramão do ideário de modernização da agricultura pela incorporação crescente de técnicas com vistas à produtividade agrícola, diferentemente das agriculturas tidas como tradicionais, orientadas pela lógica de provisão<sup>33</sup> familiar.

A relação campo-cidade passa ser vista em termos de parceria campo-indústria. O campo deixa de ser tido como mero fornecedor de bens primários para a cidade<sup>34</sup>. E na abordagem territorial de desenvolvimento rural em países do norte, rural é cada vez mais caracterizado como não-subordinado a urbano, como não-redutível à atividade agrícola, e como palco de outras

<sup>25</sup> Jonathan Murdoch, e Terry Marsden, *Reconstituting rurality: class, community and power in the development process*, London, UCL, 1994. (Restructuring Rural Areas, 2).

<sup>26</sup> Angela Kageyama, (coord.), “O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais”, *Agricultura e Políticas Públicas*, Brasília, 1990, 113-223.

<sup>27</sup> José Graziano da Silva, *O novo rural brasileiro*, Campinas, São Paulo, Unicamp/I.E., 1999.

<sup>28</sup> Luis Carlos Beduschi Filho, e Ricardo Abramovay, “Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil”, *XLI Congresso SOBER*, Juiz de Fora, MG, 27 a 30 de julho de 2003, 23.

<sup>29</sup> Airlson Favareto, “A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou “inovação por adição”? *Estudos Avançados*, Vol. 24, n.º 68, São Paulo, 2010, 299-319; Maria de Nazaré Baudel Wanderley, “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo”, *Estudos Sociedade e Agricultura* 15, outubro 2000, 87-145.

<sup>30</sup> Carlos Rodrigues Brandão, “Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil”, *Ruris*, Vol. 1, n.º 1, Campinas, Unicamp março/2007, 37-64; Carneiro (org.), *op. cit.*; Maria Dione Carvalho de Moraes, e Sergio Luis de Oliveira Vilela, “Trilhas de um debate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo”, *Revista FSA*, Teresina, Vol. 10, n.º 1, 59-85, Jan./Mar. 2013.

<sup>31</sup> Wanderley, “A emergencia...”, *op. cit.*, 87-145.

<sup>32</sup> Moraes, “Ruralidades contemporâneas...”, *op. cit.*

<sup>33</sup> Emília Pietrafesa de Godoi, *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: UNICAMP, 1999; Maria Dione Carvalho de Moraes, “Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense)”, *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH/UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2000, 475 p.

<sup>34</sup> Maria do Carmo Galvão, “As múltiplas facetas do espaço agrário contemporâneo no Brasil”, in: Galvão, Maria do Carmo (org.), *A geografia e as transformações globais: conceitos e temas para o ensino*, Rio de Janeiro: UFRJ/Anais, 1995, 101-116.

atividades além da produção de alimentos: ecoturismo, turismo de aventura, empreendimentos imobiliários, instituições de pesquisa, equipamentos culturais, eventos culturais, etc. Cultura é acionada em políticas de desenvolvimento territorial visando às cidades e seus entornos.

As relações rural-urbano-cultura-desenvolvimento são, crescentemente, pensadas, nos marcos da transnacionalidade contemporânea, pela nova forma de racionalização do espaço que se concretiza em políticas de desenvolvimento territorial<sup>35</sup>. No contexto, noções como campo/cidade, rural/urbano, ressignificam-se no trânsito local/global. Atores sociais, identidades, estilos de vida, são interpelados por formas emergentes de atuação: consumo de bens materiais e simbólicos, processos de pertencimento e fragmentação, dialética entre diversidade e homogeneização. A abordagem territorial “[...] incorpora, de forma inovadora, aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais nas suas ações”<sup>36</sup>. (Grifo meu), visando à geração de dinâmica endógena positiva com participação de atores locais.

Sem dúvida, há que se guardar diferenças e respeitar singularidades<sup>37</sup> – entre experiências europeias e latino-americanas, em especial, brasileiras. Em tese, são políticas de desenvolvimento – caso, por exemplo, do Programa europeu de desenvolvimento rural denominado Relações entre Ações de Desenvolvimento Rural, identificado pela sigla LEADER, instituído nos anos 1990 – que investem na diferenciação de produtos (diversificação), destacando especificidades e visando à competitividade e à atração de áreas rurais, com ações compensatórias a desfavorecidos pela política de preços e mercados. Ajudam/incentivam um modelo de produção baseado na agricultura familiar, um espaço rural equilibrado, práticas de proteção ao meio ambiente, conservação do espaço natural, preservação do tecido sociocultural, desaceleração do esvaziamento de áreas rurais. Isto leva a políticas de diversificação das atividades: turismo rural, produção/aperfeiçoamento de artesanatos, recuperação/conservação do patrimônio histórico e cultural, divulgação/comércio de produtos e serviços com denominação de origem, ou produtos locais; promoção da identidade local, de culturas regionais e minoritárias etc.<sup>38</sup>.

Qual o lugar das políticas de cultura, nestas experiências? No texto do LEADER, há indicações de que atividades econômicas rurais podem gerar valor agregado/emprego, sem comprometer a riqueza, a diversidade identitária, o patrimônio cultural. Qualidade de vida é relacionada a identidades locais e a pertencimento territorial, tidos como expressões de sobrevivência e de desenvolvimento. A promoção de identidades locais é central e mobiliza populações locais para despertarem o interesse por originalidades culturais locais e regionais. “Rotas Culturais” são instituídas com vistas a valorizar o patrimônio local de sítios interessantes, focos de políticas de turismo. Políticas de cultura<sup>39</sup> é parte constitutiva das estratégias de desenvolvimento territorial, e identidades culturais são acionadas como estratégia de valorização produtiva<sup>40</sup>.

<sup>35</sup> Nos anos 1990, a adoção do enfoque territorial marca uma série de programas de pesquisa, e iniciativas de políticas, a exemplo da criação da divisão territorial da OCDE em 1994. O relatório do Banco Mundial “A nova visão do desenvolvimento rural”, de 1996, reflete a necessidade de um enfoque territorial, em lugar do setorial, em erigir um novo modelo institucional: ver: Favareto, “A abordagem...”, *op. cit.*, 299-319.

<sup>36</sup> Beduschi Filho e Abramovay, *op. cit.*, 9.

<sup>37</sup> Sobre singularidades e tipologias do rural brasileiro, ver Wanderley e Favareto, *op. cit.*

<sup>38</sup> Elena Saraceno, “La experiencia europea de desarrollo rural y su utilidad para el contexto latinoamericano.. *Seminário Internacional sobre Agricultura Familiar Sustentável*, de 21 a 23/1 de 2001, Brasília-DF, (D/700440), Mimeo, 9 p; Elena Saraceno, “Las políticas de desarrollo rural en los procesos de modernización”, *Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*, Brasília, 23-25 de agosto de 2005; Francisco Fransualdo Azevedo, “Cultura e desenvolvimento rural: as experiências LEADER e PRODER na Espanha”, *II Encontro de Grupos de Pesquisa. Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais*. UFU, Uberlândia-MG, 20 a 22 de junho de 2006, 18 p.

<sup>39</sup> Definem-se quatro áreas principais de intervenção via cultura: 1/promoção da identidade regional;

Conhecimentos tradicionais (artesanatos, técnico/artísticos) são valorizados como símbolos culturais e como fonte de uma produção que extrapola as clássicas distinções no campo das artes. Investe-se em ações voltadas para restauração/promoção, investimentos em infraestrutura cultural permanente, criação de estruturas/equipamentos culturais (centros culturais, casas do patrimônio, eco-museus, dentre outros), animação e difusão cultural. Com equipamentos de projeção móvel viabiliza-se a difusão de cinema nas áreas mais isoladas. Festivais oportunizam a criação de uma dinâmica coletiva, e a população local é mobilizada na organização de atividades e eventos culturais, reduzindo o fosso entre cidade e campo, inclusive, no que tange à vida intelectual<sup>41</sup>.

No Brasil, formas diversas de organização e de ação coletiva, lutas por reconhecimento, e o papel do Estado, configuram novas ontologias. Como se dão os investimentos governamentais nas múltiplas realidades regionais, e em perspectiva com experiências mundiais, no que tange ao lugar das políticas de cultura na política de desenvolvimento territorial rural?

A atual Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR foi institucionalizada em 2007. No que tange ao que se consideram espaços rurais, estes vêm sendo alvo de iniciativas de desenvolvimento territorial, sobretudo, a partir da primeira metade dos anos 2000, com ênfase na agricultura familiar, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF que data dos anos 1990. A partir de 2008, institui-se o Programa Territórios da Cidadania-PTC, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA<sup>42</sup>.

Na concepção de rural subjacente:

são os territórios [...] onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais”<sup>43</sup> Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados.<sup>44</sup> (Aspas internas no original. Grifos meus).

Nesta reconceituação, microrregiões rurais são aquelas que “apresentam densidade demográfica menor do que 80 hab/km<sup>2</sup> e população média por município de até 50 mil habitantes”<sup>45</sup>, o que dá um salto qualitativo definição de rural em vigor até então, embora a definição dos tais “elementos rurais” deixe a desejar. Seu ordenamento baseia-se no critério de maiores concentrações do público prioritário do MDA. Preliminarmente, indicam regiões dos

---

2/valorização do patrimônio local; 3/investimentos em infra-estrutura cultural permanente (centros culturais, eco-museus, etc); 4/organização de atividades específicas (animações, festivais, etc). São eixos de uma estratégia destinada a melhorar a qualidade de vida, estimular dinâmicas locais, e tornar as áreas rurais mais atraentes; ver: Azevedo, *op. cit.*, e Saraceno, *op. cit.*

<sup>40</sup> Saraceno, *op. cit.*; Azevedo, *op. cit.*; Murilo Flores, “A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade”, *RIMISP*, 2006, 47 p.

<sup>41</sup> Azevedo, *op. cit.*

<sup>42</sup> Brasil, *Territórios da cidadania*, Brasília. 2008, 19 p.

<sup>43</sup> “Ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do universo rural”; ver: MDA, *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*, Brasília, 2003, 34.

<sup>44</sup> MDA, *op. cit.*

<sup>45</sup> *Ibid.*, *op. cit.*, 35.

territórios rurais a serem trabalhados prioritariamente, porquanto as disponibilidades de recursos não permitem uma dispersão muito ampla das ações<sup>46</sup>.

Para Murilo Flores<sup>47</sup>, as estratégias de desenvolvimento territorial, no Brasil, diferenciam-se do LEADER, pela delimitação de territórios amplos, sem homogeneidade, advindas de definições técnicas de organizadores das políticas. Com base em Elena Saraceno<sup>48</sup>, observa-se que outra distinção encontra-se no lugar das – e na ênfase às – políticas de cultura.

O PTC é definido pelo governo federal como “(...) um programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. (...)”<sup>49</sup>. Seu objetivo declarado é “promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável<sup>50</sup>. Em seu último e quinto eixo, o Programa refere a “valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações”<sup>51</sup>.

O Programa, hoje, abarca 120 territórios rurais<sup>52</sup>, com ênfase em políticas sociais e econômicas<sup>53</sup>, em ação conjunta com o Programa de Aceleração do Crescimento, e o Programa de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços dos Territórios. Em sua instituição fez convergirem programas de variados matizes: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária-PNATER, Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária-PRONATER; Plano Nacional de reforma Agrária-PNRA; Comunidades Quilombolas, dentre outros<sup>54</sup>.

No que tange a políticas de cultura, o PTC incorpora ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, e do Programa “Mais Cultura” do Ministério da Cultura-MinC, com destaque para os seguintes subprogramas: Brasil Alfabetizado; Pro Jovem Rural e Urbano; Construção de Escolas no Campo; Construção e Equipamentos para Escolas de Populações Indígenas e Quilombolas; Bibliotecas Rurais; Pontos de Cultura. Nota-se destaque para a atuação da Fundação Cultural Palmares<sup>55</sup>, do Sistema MinC, com linhas de atuação específicas. Por seu turno, o projeto Territórios Digitais, do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do MDA, foi criado em 2008<sup>56</sup>, com o objetivo declarado de oferecer gratuitamente o acesso à informática e *internet* para populações rurais, por meio da implantação de Casas Digitais.

<sup>46</sup> *Ibid.*, op. cit., 34.

<sup>47</sup> Flores, op. cit.

<sup>48</sup> Saraceno, op. cit.

<sup>49</sup> Brasil, op. cit., 2.

<sup>50</sup> Andrea Butto, *Políticas de Desenvolvimento Territorial*, MDA/SDT, Apresentação em PPT, 2013, 3.

<sup>51</sup> *Ibid.*, op. cit., 4.

<sup>52</sup> MDA, op. cit.

<sup>53</sup> Programa Territórios da Cidadania, *Matriz de Ações*, Programa Territórios da Cidadania, Matriz de Ações do Governo Federal, Matriz 2013, Brasília, 2013.

<sup>54</sup> Nos planos regional e estadual, surgem alguns consórcios intermunicipais/territoriais. A escala em que se encontram direcionamentos para políticas de cultura merece ser estudada. Sobre algumas destas experiências no Nordeste do Brasil; ver: Maria Dione Carvalho de Moraes Moraes, “A gente quer comida, diversão e arte” (cultura e desenvolvimento regional e territorial com foco nas ruralidades), *SOBER regional Nordeste*, Caruaru, Pernambuco, 2014.

<sup>55</sup> Para detalhes, “A gente quer comida...”, op. cit.

<sup>56</sup> NEAD, Territórios digitais, *Boletim NEAD*, n.º 470, 2009. Disponível em: [www.nead.gov.br](http://www.nead.gov.br).



Mas este conjunto de iniciativas que tendem a convergir no PTC carece de melhor definição política e teórica quanto ao lugar da cultura nas estratégias de desenvolvimento territorial rural. Do ponto de vista da gestão, ações e projetos – Pontos de Cultura, Programa Mais Cultura, Editais, Prêmio Culturas Indígenas (MinC); Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Ministério de Desenvolvimento Social-MDS); o controle do acesso ao Conhecimento Tradicional Associado e a Carteira Indígena (do Ministério do Meio Ambiente-MMA); Arca das Letras, Pronaf (MDA); Programas Turismo de Base Comunitário e Turismo Étnico (Ministério do Turismo-MTur); Programa Economia Solidária (Ministério do Trabalho e Emprego-MTE); Programa Brasil Quilombola (da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SPPIR); dentre outros – tiveram proposições desarticuladas entre si, além de inconsistências/contradições conceituais, zonas de sobreamentos, paralelismo/duplicação de responsabilidades, além de concentração de recursos e de ações convergentes para um mesmo grupo beneficiário. Assim, o Prêmio Culturas Populares (Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural-SIDC/MinC), a Ação Griô (Secretaria da Cidadania CulturalSCC-/MinC) Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (Diretoria de Patrimônio Imaterial-DPI do Instituto de Patrimônio Histórico Nacional-IPHAN, MinC) executadas, por longos períodos, sem maior sinergia entre as diferentes abordagens. Idem quanto à ausência de foco para melhor aproveitamento de escassos recursos<sup>57</sup>.

A política de desenvolvimento territorial, no Brasil, traduz a busca de racionalização no planejamento, visando a articular uma série de programas e ações pré-existentes e novas. Mas, um dilema importante na ação do Estado ainda pode ser visto no que tange ao “lugar institucional da ideia de rural, de ruralidade, determinado tanto pela *illusio* no destino urbano do progresso social como pela dependência de caminho que ela gera nas ações de indivíduos e organizações”<sup>58</sup>. O imaginário de rural como elemento residual, no pensamento social brasileiro, e sua conseqüente associação à idéia de pobreza e atraso, contribui para um círculo vicioso de reforço a esta posição marginal atribuída nos planos simbólico e material. As conseqüências, no que tange à atribuição de protagonismo às políticas de cultura na abordagem territoriais de desenvolvimento rural continuam a nos desafiar.

### Considerações finais

O ato de questionar sobre o lugar de políticas de cultura em políticas de desenvolvimento territorial rural, no Brasil, implica reconhecer sentidos, diferenças, e peculiaridades culturais rurais/urbanas. A percepção de circularidades, dialogismos e dissensos, contribuem para escapar tanto à tentação de confundir desenvolvimento territorial com homogeneização, quanto à de cristalização de um imaginário de hierarquias culturais em cujo âmbito rural subordina-se a urbano.

Além do mais, impõe-se pensar sobre populações rurais como atores sociais com direito à produção de bens culturais, na ótica da cidadania cultural, e não apenas como expressões folclóricas, ou como “público-alvo” de políticas de eventos muitos dos quais realizados no espaço urbano onde, também, concentram-se os equipamentos culturais.

Nesta direção, a construção de “um pacto pela paridade entre regiões rurais e urbanas”<sup>59</sup> não pode prescindir de se reverem o lugar e a importância das políticas de cultura, na política de

<sup>57</sup> Marcelo Manzatti, *As culturas populares e tradicionais no governo Dilma*. 2011. Disponível em: <http://www.acasa.org.br/ensaio.php?id=296&modo=>.

<sup>58</sup> Favareto, 2010, *op. cit.*, 309.

<sup>59</sup> Wanderley e Favareto, *op. cit.*, 461.

desenvolvimento territorial que supõe novos olhares para as relações rural/urbanas e para o lugar de políticas de culturas em estratégias de desenvolvimento.

**Bibliografia**

- Appadurai, Arjun. "Disjunção e diferença na economia cultural global". In: Mike Featherstone. *Cultura global nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, 311-328.
- Azevedo, Francisco Fransualdo. "Cultura e desenvolvimento rural: as experiências LEADER e PRODER na Espanha". *II Encontro de Grupos de Pesquisa*. Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais. UFU, Uberlândia-MG, 20 a 22 de junho de 2006, 18 p.
- Barros, José Márcio (org.). *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- Beduschi Filho, Luis Carlos; Abramovay, Ricardo. "Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil". *XLI Congresso SOBER*. Juiz de Fora, MG, 27 a 30 de julho de 2003, 23 p.
- Botelho, Isaura. "Criatividade em pauta: alguns elementos para reflexão". In: Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011–2014*. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.
- Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 1987.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- Brandão, Carlos Rodrigues. "Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil". *Ruris*. Vol. 1, n.º 1, Campinas: Unicamp março/2007.
- Brasil. *Territórios da cidadania*. Brasília, 2008, 19 p.
- Butto, Andreia. *Políticas de Desenvolvimento Territorial*. MDA/SDT: Apresentação em PPT, 2013.
- Carneiro, Maria José (org.). *Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
- Certeau, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, Papyrus, 1995.
- Coelho, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. Cultura e imaginário. São Paulo, Iluminuras, 1997.
- Favareto, Arilson. "A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"?". *Estudos Avançados*, Vol. 24, n.º 68. São Paulo 2010.
- Favareto, Arilson. "A longa evolução da relação rural-urbano. Para além de uma abordagem Normativa do desenvolvimento rural". *Ruris*, Vol. 1, n.º 1, março de 2007.
- Ferreira, Paulo Rogers. *Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas*. São Paulo, Editora Hucitec/Fapesp, 2008.
- Flores, Murilo. "A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte". *Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP*, 2006, 47 p.
- Friedman, Jonathan. "Ser no mundo: globalização e localização". In: Mike Featherstone. *Cultura global nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Furtado, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- Galvão, Maria do Carmo. "As múltiplas facetas do espaço agrário contemporâneo no Brasil". In: Galvão, Maria do Carmo (org.). *A geografia e as transformações globais: conceitos e temas para o ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ/Anais, 1995.
- García Canclini, Néstor. "Definiciones en transición". In: Mato, Daniel (comp.). *Cultura, política y sociedade. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- Godói, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: UniCamp, 1999.
- Habermas, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- Hermet, Guy. *Cultura & desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Kageyama, Angela (coord.). "O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agr.industriais". *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, 1990.
- Manzatti, Marcelo. *As culturas populares e tradicionais no governo Dilma*. 2011. Disponível em: <http://www.acasa.org.br/ensaio.php?id=296&modo=>. Acesso: 20/08/2012.
- McGuigan, Jonathan. *Culture and the public sphere*. London and New York: Routledge, 1996.
- MDA. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*. Brasília, 2003.
- Miguez, Paulo. "Cultura e desenvolvimento". *Políticas Culturais em Revista*. Salvador, Vol. 2, n.º 1, 2009.
- MINC. *União Europeia quer ampliar políticas culturais com o Brasil*. Notícias em destaque. 5/5/2014. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/uniao-europeia-quer-ampliar-politicas-culturais-com-o-brasil/10913](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/uniao-europeia-quer-ampliar-politicas-culturais-com-o-brasil/10913). Acesso em 20/5/2014.

- Moraes, Maria Dione Carvalho de Moraes. "A gente quer comida, diversão e arte" (cultura e desenvolvimento regional e territorial com foco nas ruralidades). *SOBER regional Nordeste*. Caruaru, Pernambuco, 2014.
- Moraes, Maria Dione Carvalho de. "Ruralidades e políticas culturais: qual o texto brasileiro?". *IX Congresso ALASRU*, Cidade do México, de 6 a 11/out/2014. 25 p.
- Moraes, Maria Dione Carvalho de. "Ruralidades contemporâneas: qual o lugar da cultura? Uma análise do texto teórico brasileiro". *Plano de trabalho para Estágio Pós-Doutoral*. Teresina, 2013, 20 p.
- Moraes, Maria Dione Carvalho de. "Artesanato cerâmico no bairro Poti Velho em Teresina-PI (Rede sociotécnica, agenda pública, empreendedorismo e economia criativa)". *Monografia. Especialização em Gestão da Cultura para Gestores Culturais do Nordeste*. UFRPE/FunDAJ/MinC. Recife, 2013a.
- Moraes, Maria Dione Carvalho de. "Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense)". *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH/UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2000, 475 p.
- Moraes, Maria Dione Carvalho de; Vilela, Sergio Luis de Oliveira. "Trilhas de um debate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo". *Revista FSA*, Teresina, Vol. 10, n.º1, 59-85, Jan./Mar. 2013.
- Murdoch, Jonathan, e Marsden, Terry. "Reconstituting rurality; class, community and power". In: *The development process*. London: UCL, 1994. (Restructuring Rural Areas, 2).
- NEAD. "Territórios digitais". *Boletim NEAD*, n.º 470, 2009. Disponível em: [www.nead.gov.br](http://www.nead.gov.br). Acesso em 20/8/210.
- Programa Territórios da Cidadania. *Matriz de Ações*. Programa Territórios da Cidadania. Matriz de Ações do Governo Federal. Matriz 2013. Brasília, 2013.
- Sahlins, Marshal. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (parte II) *Mana*, Vol. 3, n.º 2, 1997.
- Saraceno, Elena. "Las políticas de desarrollo rural em los procesos de modernización". *Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Brasília, 23-25 de agosto de 2005.
- Saraceno, Elena. "La experiencia europea de desarrollo rural y su utilidad para el contexto latino-americano". *Seminário Internacional sobre Agricultura Familiar Sustentável*. de 21 a 23/1 de 2001, Brasília-DF. (D/700440). Mimeo, 9 p.
- Silva, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Campinas, São Paulo: Unicamp/I.E., 1999.
- Veiga, José Eli da. et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD, 2001. (Texto provisório para discussão).
- Wanderley, Maria de Nazaré Baudel. "A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo". *Estudos Sociedade e Agricultura* 15, outubro 2000.
- Wanderley, Maria de Nazaré Baudel, e Favareto, Arilson. "A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas". In: Carlos Miranda, e Heitel Silva (org. da Série). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013 (Serie Desenvolvimento Sustentável, Vol. 21).
- Yúdice, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.